

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL



O Estado na construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, justos e inclusivos: evidências e caminhos de ação pública

Coordenação:

Catia Grisa (UFRGS)

Maya Takagi (FAO)

Patrícia Chaves Gentil (SESAN-MDS)

Gisele Ane Bortolini (SESAN-MDS)

Marcia Machugata (SESAN-MDS)

Desde o início do século XXI tem se consolidado a interpretação de que, para superar diversas crises que perpassam a alimentação contemporânea, é necessário romper com visões e ações setoriais e fragmentadas. Por várias décadas, as ações (do Estado e mesmo da sociedade civil) se concentraram no aumento da produção agrícola, na oferta e na comercialização de alimentos no espaço urbano, e no atendimento a carências nutricionais de grupos sociais mais vulneráveis. Quais alimentos estavam sendo produzidos e como; como esses alimentos estavam sendo transformados; como estavam sendo distribuídos e por quem; quais mudanças estavam ocorrendo nos ambientes alimentares e nos padrões de consumo; quais as repercussões na saúde humana e planetária eram questões presentes na agenda de alguns pesquisadores, de certos movimentos sociais e ambientais, e de poucos ativistas no tema.

As crises decorrentes da perda de biodiversidade, das mudanças climáticas e do incremento da urbanização, o aumento da desertificação, o incremento das doenças associadas à má alimentação, a persistência da fome, e a reprodução de desigualdades alimentares entre territórios, grupos sociais, gênero e raça foram impondo a necessidade de compreender e de atuar nos elementos acima de uma maneira sistêmica. Assim, organismos internacionais, painéis de especialistas, pesquisadores, governos e organizações da sociedade civil passaram a se referir a sistemas alimentares - conjunto dos elementos (ambiente, pessoas, processos, infraestrutura, instituições, organizações etc.) e atividades relacionados à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, perdas e desperdícios, tratamento dos resíduos, e seus resultados socioeconômicos, ambientais,

sanitários e culturais – e a necessidade construir sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, justos e inclusivos.

A urgência de construir sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, justos e inclusivos é uma demanda e tarefa que se impõe a todos. Contudo, destaca-se a atuação do Estado e das políticas públicas, dada sua capacidade de induzir e exigir mudanças, produzir regulamentações, controlar e organizar as relações produtivas e econômicas, a governança entre os atores e a vida social.

Considerando o papel fundamental do Estado na construção de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, justos e inclusivos, esse número especial procura reunir evidências que contribuam para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que promovam a transição dos sistemas alimentares, com foco na garantia da segurança alimentar e nutricional. Organizado pela Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR) em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o número especial está interessado em reflexões teórico-analíticas, análises e avaliações sobre políticas públicas nacionais e locais do Brasil e de outros países, que promovam sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, justos e inclusivos. Convidamos os autores a aportarem análises e evidências sobre os fatores de sucesso, as dificuldades e os bloqueios de implementação, e as possibilidades de escalonamento dessas políticas públicas de modo a subsidiar a atuação dos Estados em diferentes escalas e contextos. O dossiê interessa-se particularmente por políticas públicas orientadas para:

i) produção de alimentos saudáveis coerentes com a definição da nova cesta básica (Brasil), dos guias alimentares e padrões culturais, produzidos em bases sustentáveis e agroecológicas;

ii) abastecimento alimentar, que prioriza circuitos curtos e inclusivos, promotores da segurança alimentar e nutricional e da saúde;

iii) compras públicas da agricultura familiar, que geram renda no campo e acesso a alimentos adequados e saudáveis no campo e na cidade

iv) promoção do acesso à água e acesso e consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, que apoiem ambientes alimentares saudáveis;

v) redução das perdas e desperdícios, que fomentem sistemas alimentares e economias circulares;

vi) cidades que promovam a produção, acesso e consumo de alimentos adequados saudáveis, principalmente nas suas periferias;

vii) articulação de ações que considerem o *continuum* urbano e rural, na construção de mercados e dinâmicas territoriais que ampliem o acesso aos alimentos adequados e saudáveis;

viii) mitigação e adaptação às mudanças do clima, atuação em emergências e conservação da sociobiodiversidade;

ix) o enfrentamento das desigualdades alimentares que perpassam gênero, raça, classe, territórios e grupos sociais específicos, como indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Também convidamos reflexões sobre mecanismos e institucionalidades para a construção da intersectorialidade e governança das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Os artigos devem seguir as orientações e instruções editoriais estabelecidas (<https://revistasober.org/instructions>) e ser submetidos no próprio sistema da Revista (<https://submission.scielo.br/index.php/resr/submission>).

IMPORTANTE: no momento da submissão, os autores deverão obrigatoriamente inserir no sistema um arquivo complementar intitulado “**carta de identificação da submissão para o dossiê**”, informando que o manuscrito está sendo submetido para avaliação no referido dossiê.

Podem ser submetidos artigos em **português, espanhol e inglês**. Os mesmos serão avaliados por pares, às cegas, conforme a política editorial da Revista. Salientamos que os artigos submetidos para avaliação no dossiê estão isentos da taxa de submissão e, caso aprovados, da taxa de publicação da Revista. Os artigos aceitos serão publicados em três idiomas: português, espanhol e inglês.

Cronograma:

Submissão de artigos: até 31 de maio de 2026;

Resultado preliminar da avaliação dos artigos e pedidos de revisões: setembro e outubro de 2026;

Publicação do Dossiê: dezembro de 2026.